

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

O art. 41 da CF/88 traz regras acerca da estabilidade dos servidores públicos:

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Portanto a assertiva correta da referida questão é a letra E, a estabilidade do servidor público é adquirida após 3 anos.

Código do recurso: 1467 | Solicitado em: **20/08/2019 -15:29**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOUVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:02**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A questão pediu para assinalar o coletivo de "bandidos". O gabarito mostra como resposta correta a alternativa "b", porém a palavra consistório não é o coletivo de bandidos. Seguem duas pesquisas em sites de dicionários on-line:

Con.sis.tó.ri.o
nome masculino

1. assembleia pública ou secreta de cardeais sob a presidência do papa
2. assembleia de ministros e de fiéis, pertencentes a algumas religiões, e que se reúnem para falar de questões gerais das suas comunidades religiosas
3. qualquer assembleia em que se tratam assuntos graves ou religiosos
4. lugar onde se realiza uma destas assembleias

Do latim consistoriu-, «lugar da reunião»

fonte: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/consist%C3%B3rio>

e

con·sis·tó·ri·o
sm

- 1 Assembleia solene, conselho.
- 2 CATOL Assembleia solene de cardeais, convocados e reunidos sob a presidência do papa, para discussão de assuntos importantes, em ocasiões especiais.
- 3 REL Assembleia de pastores e fiéis em algumas igrejas protestantes ou assembleia dirigente de rabinos do conselho de uma sinagoga.
- 4 POR EXT Sessão de qualquer dessas assembleias em que se tratam assuntos graves ou importantes.
- 5 Lugar em que se celebram essas assembleias.

fonte: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/consist%C3%B3rio/>

Código do recurso: 1500 | Solicitado em: **20/08/2019 -22:21**

LÍNGUA PORTUGUESA - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 9

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. HOVE ERRO NO GABARITO. ASSIM FICA RETIFICADO. RESPOSTA CORRETA É A DE LETRA D

Respondido em: **31/08/2019 -11:09**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Ao Ilustre Diretor Da Banca Examinadora SETA CONCURSOS

Antonio Vinicius Ribeiro Moreira, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 35.497.202-9 e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas sob o nº 312.572.798-74, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar o pertinente Recurso, pelos fundamentos Jurídicos Abaixo Aduzidos

Pelo Gabarito Oficial foi apontado como correta a alternativa B:

(III) Se eu tivesse um filho, não me meteria a chefia-lo como se ele fosse um soldado de chumbo.

(II) Não queria que parecesse um ditador.

(I) Teria que lhe dar uma certa autonomia, para que pudesse livremente escolher o seu clube de futebol, procurar os seus livros, opinar a mesa, sem que essa aparência de liberdade fosse além dos limites.

IV Os meninos mandões e o menino passivo são duas deformações desagradáveis.

Todavia se vislumbra que existem duas resposta corretas, vez que está correto com coesão e coerência a alternativa E, vejamos:

(III) Se eu tivesse um filho, não me meteria a chefia-lo como se ele fosse um soldado de chumbo.

(I) Teria que lhe dar uma certa autonomia, para que pudesse livremente escolher o seu clube de futebol, procurar os seus livros, opinar a mesa, sem que essa aparência de liberdade fosse além dos limites.

(IV) Os meninos mandões e o menino passivo são duas deformações desagradáveis.

(II) Não queria que parecesse um ditador.

Código do recurso: 1478 | Solicitado em: **20/08/2019 -18:26**

LÍNGUA PORTUGUESA - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 1

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

1- Numere as partes do extrato de texto abaixo, observando coesão e coerência. As partes formam apenas um parágrafo. Atente para a ordem sequencial dessas partes e assinale-a, nas alternativas:

(I) Teria que lhe dar uma certa autonomia, para que pudesse livremente escolher o seu clube de futebol, procurar os seus livros, opinar à mesa, sem que essa aparência de liberdade fosse além dos limites.

(II) Não queria que parecesse um ditador.

(III) Se eu tivesse um filho, não me meteria a chefiá-lo como se ele fosse um soldado de chumbo.

(IV) Os meninos mandões e os meninos passivos são duas deformações desagradáveis.

a) (I) – (II) – (III) – (IV)

b) (III) – (II) – (I) – (IV)

c) (IV) – (III) – (II) – (I)

d) (II) – (I) – (III) – (IV)

e) (III) – (I) – (IV) – (II)

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO, PORQUE (III) PRESSUPÕE LOGO (II): "SE EU TIVESSE UM FILHO, NÃO QUERERIA QUE PARECESSE UM DITADOR."

ASSIM, A RESPOSTA DA QUESTÃO CONTINUA SENDO A LETRA "B"

Respondido em: **31/08/2019 -11:27**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Nesta questão foi requerido a substituição da palavra conjuntura, sem perda do sentido, pelas alternativas abaixo:

- A) Oportunidade
- B) hipótese
- c) Conveniência
- d) Conjetura
- e) data

O gabarito oficial atribui correta a alternativa "A", no entanto a frase perde o sentido visto que oportunidade significa circunstância favorável para que alguma coisa aconteça; No caso em apreço a substituição por oportunidade perde todo o sentido da frase.

Não obstante ainda verifica-se que existe a opção conjuntura não pode ser considerada errada vez que significa o mesmo que conjectura.

Anexo(s):

[conjetura.jpg](#)

Código do recurso: 1479 | Solicitado em: **20/08/2019 -18:44**

LÍNGUA PORTUGUESA - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 2

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

Observe a frase abaixo e responda as questões 2, 3, 4 e 5:

“Não é plausível o fomento da greve, na atual conjuntura.”

2- A palavra conjuntura pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:

a) oportunidade

b) hipótese

c) conveniência

d) conjectura

e) data

NÃO ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS. SEGUNDO ANTONIO HOUAISS, NO MINIDICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA, P. 105, "CONJUNTURA" É SINÔNIMO DE OPORTUNIDADE, CIRCUNSTÂNCIA. NESTE EXEMPLO, TAMBÉM.

PORTANTO FICA INDEFERIDO O RECURSO.

Respondido em: **31/08/2019 -11:19**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Na questão 3 foi apontado como correta a alternativa "c", todavia o uso de sinônimo deve manter coerência com a frase "Não é plausível o fomento da greve, na atual conjuntura"

Assim de inicio ao substituir a palavra fomento pelo sinônimo incitação "Não é plausível o incitação da greve, na atual conjuntura", perde-se a concordância verbal.

Logo a questão deve ser anulada vez que foi requerido do candidato que observasse a frase e respondesse a questão 2,3,4 e 5.

Assim a questão não detinha nenhuma opção correta vez que ao empregar o sinônimo deve ser mantida a coerência com o tempo verbal.

Código do recurso: 1480 | Solicitado em: **20/08/2019 -18:59**

LÍNGUA PORTUGUESA - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 3

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A QUESTÃO TORNA-SE, ENTÃO, CONFUSA, DEVENDO SER, PORTANTO, ANULADA.

Respondido em: **31/08/2019 -11:23**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Na questão 3 foi apontado como correta a alternativa "c", todavia o uso de sinônimo deve manter coerência com a frase "Não é plausível o fomento da greve, na atual conjuntura"

Assim de inicio ao substituir a palavra fomento pelo sinônimo incitação "Não é plausível o incitação da greve, na atual conjuntura", perde-se a concordância verbal.

Logo a questão deve ser anulada vez que foi requerido do candidato que observasse a frase e respondesse a questão 2,3,4 e 5.

Assim a questão não detinha nenhuma opção correta vez que ao empregar o sinônimo deve ser mantida a coerência com o tempo verbal.

Código do recurso: 1481 | Solicitado em: **20/08/2019 -19:00**

LÍNGUA PORTUGUESA - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 4

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. "FOMENTO" É SINÔNIMO DE INCITAÇÃO, ESTÍMULO, DE ACORDO COM O DICIONÁRIO ESCOLAR DA LINGUA PORTUGUESA MICHAELIS, P. 395.

PORTANTO FICA INDEFERIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -11:30**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

"É", não é um verbo, afinal os verbos são as palavras terminadas em ar, er, ir que indicam ação, estado ou fenômeno da natureza. Ex: falar, comer, sorrir...

É, está na conjugação do verbo Ser:

eu: sou

tu: és

ele(a): é

nós: somos

vós: sois

eles(as): são.

Logo não "É" possível ser admitido como verbo.

A questão deve ser anulada pois não contém uma resposta.

Código do recurso: 1482 | Solicitado em: **20/08/2019 -19:09**

LÍNGUA PORTUGUESA - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 5

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. O VERBO DA FRASE "É" - TERCEIRA PESSOA DO SINGULA DO VER SER. PORTANTO, PERSISTE A ALTERNATIVA D COMO CORRETA.

Respondido em: **31/08/2019 -11:32**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Estabelece a Lei nº 8.666/93 que:

Art. 22. São modalidades de licitação:

I - concorrência;

II - tomada de preços;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

Porém o paragrafo § 4 determina aduz que:

Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

No presente caso se vislumbra o uso da palavra até logo a pergunta detém duas respostas corretas, devendo ser anulada.

Código do recurso: 1483 | Solicitado em: **20/08/2019 -19:50**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 13

SITUAÇÃO: INDEFERIDO**Resposta:**

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. NA QUESTÃO EM COMENTO A RESPOSTA QUE POR ELIMINAÇÃO SOBRA É A LETRA "B". PELA CARACTERÍSTICA DO SERVIÇO TRAZIDO NA QUESTÃO A MELHOR É O "CONVITE", POR SER PERFEITAMENTE LEGAL E UMA MODALIDADE MAIS SIMPLES. ASSIM FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -18:21**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Constitui poder-dever da autoridade administrativa o de apurar eventuais irregularidades que cheguem ao seu conhecimento e que noticiem suposta irregularidade envolvendo agente público, conforme dispõe o artigo 143, da Lei 8.112/90.

O Supremo Tribunal Federal tem adotado o entendimento de que é possível a abertura de processo administrativo decorrente de denúncia anônima, entretanto com a realização de apuração prévia. É importante destacar parte do voto da ministra relatora Cármen Lúcia, no RMS 29.198/DF, julgado em 30 de outubro de 2012.

“Não pode a Administração, como é óbvio, instaurar o processo administrativo disciplinar contra servidor com base única e exclusiva nas imputações feitas em denúncias anônimas, sendo exigível, no entanto, conforme enfatizado, a realização de um procedimento preliminar que apure os fatos narrados e a eventual procedência da denúncia”.

Nesse sentido, também no Superior Tribunal de Justiça há entendimento favorável para abertura de processo administrativo baseado em denúncia anônima, desde que com apuração prévia dessa, conforme os precedentes: MS 10.419/DF; MS 7.415/DF e REsp 867.666/DF.

Somando-se a isso, no caso de dúvida sobre a veracidade das informações sobre as quais teve ciência, deverá a Administração optar pela apuração. Esse é o entendimento de Couto (2014, p. 130), o qual leciona que “se a autoridade tiver dúvida entre arquivar e promover a apuração, deve optar por promover a apuração, pois, nessa fase, a dúvida resolve-se em favor da sociedade e não em favor do acusado”.

Ainda, conforme assinala o Manual da CGU (BRASIL – CGU, 2016, p. 42) “não é condição indispensável para iniciar a averiguação a devida qualificação do denunciante,

porquanto o que realmente importa é o conteúdo da denúncia (relevância e plausibilidade), que deve conter elementos capazes de justificar o início das investigações por parte da Administração Pública”.

Assim, segundo as correntes doutrinárias e jurisprudenciais atuais, os requisitos insculpidos no artigo 144 da 8.112/90 não precisam ser taxativamente observados, por força do artigo 143, que prevê a imediata apuração dos fatos quando presentes indícios relevantes.

Portanto a questão não detinha nenhuma alternativa falsa devendo ser anulada.

Código do recurso: 1484 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:00**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -
PROCURADOR JURÍDICO

Questão 16

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PELO CANDIDATO, NO PRESENTE CASO A BANCA DIVERGE E NÃO ACATA O PEDIDO.

SENÃO VEMOS:

A autoridade administrativa poderá mandar instalar de ofício uma representação, ante denúncia anônima. Assim que formalizada a representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos.

A AFIRMATIVA É FALSA. A REPRESENTAÇÃO

A REPRESENTAÇÃO SERÁ ESCRITA E ASSINADA, CONTERÁ A QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE. ASSIM, DE OFÍCIO PODE E DEVE ABRIR PROCEDIMENTO PARA AVERIGUAR AS INFORMAÇÕES SOBRE O FATO E SUA AUTORIA E A INDICAÇÃO DAS PROVAS DE QUE EVENTUALMENTE TOMOU CONHECIMENTO.

ASSIM, FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -18:33**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A questão contém duas alternativas corretas pois é possível afirmar com base no art.148, inciso I e II da CF/88 que:

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

Código do recurso: 1485 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:25**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **27**

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

VEJAMOS A QUESTÃO:

27- A norma veda instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão encontra-se definida na Constituição. Assim sendo a vedação refere-se:

- a) incentivo constitucional
- b) isenção tributária
- c) renúncia fiscal
- d) imunidade tributária

e) benefício fiscal decorrente de lei

A QUESTÃO 27 TRATA DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, LOGO, LETRA "D" É A CORRETA.

Respondido em: **31/08/2019 -18:38**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A presente questão foi repetida na prova na questão 32;

Devendo ser anulada ambas as questões.

Chama atenção ainda o fato da prova repetir questões e não abordar todo o conteúdo programado do edital.

Procurador Jurídico: Direito Administrativo;Direito Constitucional;Direito Tributário;

Direito Civil: não foi identificada uma única questão na prova.

Direito Processual Civil: não foi identifica uma única questão na prova.

Código do recurso: 1487 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:34**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **28**

SITUAÇÃO: DEFERIDO PARCIALMENTE

Resposta:

A BANCA LAMENTA O ERRO MATERIAL OCORRIDO COM A EDIÇÃO DUAS QUESTÕES.

ASSIM, DECIDE CANCELAR A QUESTÃO 32 QUE SOBREPÔE A 28.

Respondido em: **31/08/2019 -19:55**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A presente questão foi repetida na prova na questão 28;

Devendo ser anulada ambas as questões.

Chama atenção ainda o fato da prova repetir questões e não abordar todo o conteúdo programado do edital.

Procurador Jurídico: Direito Administrativo;Direito Constitucional;Direito Tributário;

Direito Civil: não foi identificada uma única questão na prova.

Direito Processual Civil: não foi identifica uma única questão na prova.

Código do recurso: 1488 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:34**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 32

SITUAÇÃO: DEFERIDO PARCIALMENTE

Resposta:

DIANTE DA REPETIÇÃO DA QUESTÃO IGUIAS TERMOS COM A 28 A BANCA DECIDIU CANCELAR A QUESTÃO 32. ASSIM A PONTUAÇÃO INERENTE A ELA SERÁ ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

Respondido em: **31/08/2019 -19:58**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

O art.31 da Lei nº 201/1967 em seu inciso aduz que:

VIII - Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

A pergunta está mau formula pois seguindo o referido inciso todas as alternativas são verdadeiras.

De tal modo que deve ser atribuído como correta a alternativa A.

Código do recurso: 1490 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:45**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 31

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

VEJAMOS A QUESTÃO:

31- O Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, em pleno vigor, dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores. O artigo 1º da referida norma menciona que são crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, algumas afirmativas, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

Assim, assinale "V" para Verdadeiro e "F" para Falso, para responder essa questão:

- () I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;
- () II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;
- (**F**) III - aplicar rendas ou verbas públicas, em instituição financeiras que não públicas, sem lei específica;

() IV - empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

() V - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.

a) Todas são Verdadeiras

b) Todas São Falsas

c) Somente III é Falsa

d) III e V são Falsas

e) Somente V é Falsa

OBSERVA-SE QUE A QUESTÃO SE REFERE AO ARTIGO 1º DA NORMA EM COMENTO.

ASSIM SENDO, FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -15:38**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A lei orgânica não encontra-se disponível para acesso e consulta dos candidatos no endereço eletrônico do município.

Código do recurso: 1491 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:48**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 33

SITUAÇÃO: INDEFERIDO**Resposta:**

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A BANCA ENCONTROU FACILMENTE A LEI ORGÂNICA NA PÁGINA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RUBIÁCEA, NO SEGUINTE ENDEREÇO EM PESQUISA NO GOOGLE: <https://www.camalarubiacea.sp.gov.br>

ASSIM, FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -20:03**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A lei orgânica não encontra-se disponível para acesso e consulta dos candidatos no endereço eletrônico do município.

Código do recurso: 1492 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:48**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **34**

SITUAÇÃO: INDEFERIDO**Resposta:**

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A BANCA ENCONTROU FACILMENTE A LEI ORGÂNICA NA PÁGINA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RUBIÁCEA, NO SEGUINTE ENDEREÇO EM PESQUISA NO GOOGLE: <https://www.camalarubiacea.sp.gov.br>

ASSIM, FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -20:04**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A lei orgânica não encontra-se disponível para acesso e consulta dos candidatos no endereço eletrônico do município.

Código do recurso: 1493 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:48**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 35

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A BANCA ENCONTROU FACILMENTE A LEI ORGÂNICA NA PÁGINA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RUBIÁCEA, NO SEGUINTE ENDEREÇO EM PESQUISA NO GOOGLE: <https://www.camamarubiacea.sp.gov.br>

ASSIM, FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -20:04**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A lei orgânica não encontra-se disponível para acesso e consulta dos candidatos no endereço eletrônico do município.

Código do recurso: 1494 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:49**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **36**

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A BANCA ENCONTROU FACILMENTE A LEI ORGÂNICA NA PÁGINA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RUBIÁCEA, NO SEGUINTE ENDEREÇO EM PESQUISA NO GOOGLE: <https://www.camamarubiacea.sp.gov.br>

ASSIM, FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -20:05**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A lei orgânica não encontra-se disponível para acesso e consulta dos candidatos no endereço eletrônico do município.

Código do recurso: 1495 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:49**

SITUAÇÃO: INDEFERIDO**Resposta:**

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A BANCA ENCONTROU FACILMENTE A LEI ORGÂNICA NA PÁGINA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RUBIÁCEA, NO SEGUINTE ENDEREÇO EM PESQUISA NO GOOGLE: <https://www.camararubiacea.sp.gov.br>

ASSIM, FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -20:06**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A resposta está ultrapassada, segundo a atual doutrina e legislação o estágio probatório passou a ser de 3 (três) anos.

A razão para essa celeuma deu-se em virtude da Medida Provisória nº 431/2008 que estendeu o prazo do estágio para 36 (trinta e seis) meses, porém quando da sua conversão na lei 11.784/2008 manteve-se o prazo anterior de 24 (vinte e quatro) meses.

Quanto ao assunto, em 2009, o STJ no julgamento do MS 12523 passou a entender que a estabilidade e o estágio são institutos interligados e por isso o prazo do estágio é de 03 anos.

A justiça federal entende que o prazo do estágio é de 36 meses.

A AGU desde 2004, por meio do acórdão 17/2004 entende que o prazo é de 03 anos e o CNJ ao julgar o pedido de providências 822 também se manifestou nesse sentido.

Recentemente o STJ no REsp 1120/190 SC confirmou seu entendimento no sentido de que conquanto estabilidade e estágio probatório sejam institutos distintos prazo para esse último, após a entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 19/98, também é de 03 (três) anos.

Assim a CF/88 em seu Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Portanto o gabarito apontou como correto a alternativa errada, devendo ser apontada como correta a alternativa "E"

Dessa forma aguarda o provimento do presente recurso para que seja atribuída como correta a alternativa "e" ou que a questão seja anulada em virtude de todo o exposto.

Código do recurso: 1496 | Solicitado em: **20/08/2019 -21:00**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **42**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:03**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A questão encontra-se sem sentido vez que disciplina o art.150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
- c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

Portanto a questão deve ser anulada pois existe mais de uma resposta correta.

Código do recurso: 1497 | Solicitado em: **20/08/2019 -21:05**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **43**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A BANCA DECIDIU CANCELAR A QUESTÃO. ASSIM A PONTUAÇÃO INERENTE A ELA SERÁ ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

Respondido em: **31/08/2019 -20:13**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A questão encontra-se sem sentido vez que disciplina o art.150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

Portanto a questão deve ser anulada pois existe mais de uma resposta correta.

Código do recurso: 1498 | Solicitado em: **20/08/2019 -21:16**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **44**

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A RECLAMAÇÃO NÃO TEM RELAÇÃO COM A QUESTÃO RECLAMADA.

PORTANTO FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -20:15**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A resposta apresentada pelo gabarito oficial está equivocada ou no mínimo em duplicidade, pois glotalita não é o montante arrecado com o tributo, alíquota é o percentual um variável de um cálculo tributário.

Portanto a alternativa C também é falsa.

Nessa toada a pergunta apresenta duas alternativas falsas.

Devendo ser anulada a questão.

Código do recurso: 1499 | Solicitado em: **20/08/2019 -21:29**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **55**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOUVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DA QUESTÃO; TENDO EM VISTA QUE "FATO GERADOR É O COMPORTAMENTO REALIZADO PELO **SUJEITO PASSIVO** QUE GERA A INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA". NA LETRA "A" CONSTOU, ERRONEAMENTE, SUJEITO ATIVO, PORTANTO, IGUALMENTE A LETRA "C" TAMBEM É FASLSA. ASSIM, FICA ANULADA A QUESTÃO, POR HAVER DUAS RESPOSTAS. ASSIM A PONTUAÇÃO INERENTE A ELA FICA ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

Respondido em: **31/08/2019 -12:38**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:**Anexo(s):**[Língua Portuguesa número 9.docx](#)Código do recurso: 1446 | Solicitado em: **20/08/2019 -08:01**

LÍNGUA PORTUGUESA - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 9

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS. HOUE ERRO NO GABARITO. ASSIM FICA RETIFICADO: A RESPOSTA CORRETA É LETRA "D".

Respondido em: **31/08/2019 -11:05**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos**Recurso:**

O gabarito oficial, CONSIDERA como o correta a alternativa (b), entretanto segundo o site INFOESCOLA (<https://www.infoescola.com/portugues/substantivos-coletivos/>) Consistório é o coletivo de cardeais reunidos para prestar assistência ao papa; o mesmo é lecionado no site GRAMATICA ONLINE (<https://gramaticaonline.com.br/coletivos/>). A resposta correta para a questão seria a alternativa (D).HORDA, é o que se observa conforme análise feita no site NORMA CULTA (<https://www.normaculta.com.br/substantivos-coletivos/>). Dessa forma , requer a análise e a anulação da questão acima relacionada, uma vez que a resposta dita como certa, não está de acordo com as normas da língua portuguesa.

Código do recurso: 1486 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:25**

LÍNGUA PORTUGUESA - FISCAL
DE TRIBUTOS

Questão 9

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. HOVE ERRO NO GABARITO. ASSIM FICA RETIFICADO. A RESPOSTA CORRETA É A QUELA QUE CONSTA NA LETRA "D".

Respondido em: **31/08/2019 -11:07**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

De acordo com a previsão legal, do artigo 41, da CF, OS SERVIDORES PÚBLICOS SÃO ESTÁVEIS APÓS TRÊS ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO, conforme consta no site do SENADO FEDERAL (https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_41_.asp), o gabarito aponta como correta a alternativa (D), entretanto a resposta correta seria a alternativa (E), uma vez que a resposta dada fere o que preceitua a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, que advindo a EC 19/98 ALTERAVA O PRAZO DE ESTABILIDADE PARA 3 ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO. DESSA FORMA REQUER A ANULAÇÃO DA QUESTÃO.

Código do recurso: 1489 | Solicitado em: **20/08/2019 -20:39**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE
TRIBUTOS

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOUE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:02**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Questão nº 11 – Recurso para a Anulação:

A questão 11 envolve Contrato Administrativo e não especifica a espécie de rescisão, isso faz com que a alternativa "C" está FALSA, ou seja, não é verdadeira em razão do enunciado proposto.

Assim, tal contrato pode ser rescindido por várias formas, bem como estabelece a Lei 8.666/93. Dentre as hipóteses legais, a do inciso II, do Art. 79, da Lei de Licitações, admite a discricionariedade.

Tal discricionariedade pautada no princípio da eficiência e em prol do interesse público autoriza o administrador a rescindir um contrato administrativo por acordo havendo a conveniência para a Administração.

Ademais, não apenas por acordo, o administrador na melhor gestão do interesse público pode inclusive mesmo diante a adimplência de contrato postular, judicialmente, a rescisão do documento bilateral, desde que respeitado o contraditório e a ampla defesa, sujeitando a Administração a indenizar o contratado.

Nesse sentido, preleciona Gustavo Scatolino e João Trindade Cavalcante Filho, no Manual de Direito Administrativo, 7ª edição, editora: JusPodivm, 2019. Pedem atenção para tal questão: "Atente-se para o fato de que entre as situações mencionadas estão: motivo de interesse público (Art. 78, XII) e caso fortuito ou força maior (Art. 78, XVII)". Corroboram, ao dizer que "A rescisão deverá ser precedida de autorização, escrita e fundamentada, da autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa (art. 79, § 1º, da Lei 8.666/93)", página 752, do supracitado Manual de Direito Administrativo, com amparo da mais moderna jurisprudência de nossos tribunais superiores.

No mais, vale relembrar que Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2003 é clara em afirmar que diante de fatos imprevistos, "mas existentes ao tempo da celebração do contrato", por exemplo, a diversidade de terrenos conhecidos somente no curso da execução de uma obra pública, que sem culpa do contratado, inviabiliza o cumprimento do contrato.

Outrossim, Celso Antônio Bandeira de Mello, destaca que se "incidentes econômicos" ou até mesmo "incidentes técnicos" alterarem o equilíbrio contratual, pode a parte invoca-los para eximir-se das consequência da mora ou obter a rescisão do contrato.

Vale lembrar que, se justificável o descumprimento do contrato pelo contratado e, portanto, isentando-o das sanções administrativas nos exemplos dados por Hely Lopes Meirelles, "quando a Administração deixa de entregar o local da obra ou do serviço, ou não providencia as desapropriações necessárias, ou não expede a tempo as competentes ordens de serviços".

Em consonância com o que tem decidido nossos tribunais, Ricardo de Carvalho Aprigliano esclarece que "As leis de ordem pública de direito material importam, de fato, em restrições à liberdade das partes, impõem padrões de comportamento, prescrevem a nulidade dos atos praticados em sua violação, mas não implicam absoluta indisponibilidade sobre o direito. Em resumo, é equivocada a concepção de que a ordem pública significa indisponibilidade dos direitos, afinal, demonstrou-se que pode haver

atos de disposição mesmo sobre normas que possuem natureza de ordem pública”.
Em vista disso, a alternativa de letra “C” é falsa, já que os artigos 78 e 79, da Lei 8.666/93 trazem hipóteses em que o administrador pode fazer um acordo, por exemplo. Ante o exposto, requer-se a anulação da questão de número 11, com a respectiva atribuição de pontos aos candidatos na forma proposta pelo edital do certame.

Código do recurso: 1525 | Solicitado em: **21/08/2019 -16:50**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -
PROCURADOR JURÍDICO

Questão 11

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

SENÃO VEJAMOS A QUESTÃO:

11- Sobre o Contrato Administrativo, assinale a alternativa FALSA:

- a) A alteração unilateral do contrato é poder inerente a Administração Pública que pode, mesmo que não esteja expresso em lei, alterar o contrato, pois se trata de matéria de ordem pública, sendo vedado ao administrador renunciar previamente a essa faculdade; pelo contrário, estaria subordinando o interesse público ao interesse privado.
- b) A alteração do contrato deverá ser devidamente motivada e, como diz Meirelles (2012), “só pode atingir as chamadas cláusulas regulamentares ou de serviços, isto é, aquelas que dispõem sobre o objeto do contrato, mas sem modificar o núcleo do objeto originalmente pactuado, sob pena de nulidade, e o modo de sua execução”.
- c) Com relação à rescisão do contrato administrativo, se trata de ato vinculado e não discricionário, devendo o administrador agir com base no princípio da continuidade do serviço público, devendo ser rescindido com base no inadimplemento e também com base no interesse público, pois é uma questão de ordem pública.
- d) Leciona Meirelles (2012) que “nenhum particular adquire direito à imutabilidade do contrato administrativo ou à sua execução integral, ou ainda às vantagens *in specie*, pois estaria subordinando o interesse público ao interesse privado, no contrato”.
- e) Tanto na alteração como também na rescisão do contrato administrativo, deverá sempre ser observado o objetivo da administração, dispensado o princípio do contraditório e ampla defesa, pois não são garantias constitucionais do processo ante ao interesse público.

AQUESTÃO PEDE A ALTERNATIVA FALSA, LOGO É A LETRA "E" - TANTO NA ALTERAÇÃO COMO TAMBÉM NA RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO,

DEVERÁ SEMPRE SER OBSERVADO O OBJETIVO DA ADMINISTRAÇÃO, DISPENSADO O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, POIS NÃO SÃO GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO ANTE AO INTERESSE PÚBLICO.

ASSIM, FICA INDEFERIDO O RECURSO

Respondido em: **31/08/2019 -20:33**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Questão nº 12 - Recurso para a Alteração:

Quanto à questão 12, importante observar que segundo a atual doutrina, os recentes julgados dos tribunais e a constitucionalização do Direito Administrativo não se pode dizer que a alternativa apontada pelo gabarito esteja em consonância com o ordenamento jurídico.

Vejamos, o que dispõe a lei 8.429/92, quanto a prescrição das sanções, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, nos termos do artigo 23, I e II, da lei 8.429/92, aos particulares, réus na ação de improbidade administrativa, aplica-se a mesma sistemática atribuída aos agentes públicos". (AgRg no REsp 1.541.598/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 13.11.2015).

Destarte, o Direito Constitucional norteia a aplicação das normas, que mesmo que houvesse uma expressa positivação, tal lei não restaria afastada da norma Maior. Nossa Carta Magna traz em seu bojo princípios fundamentais e "é orientada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, depreendendo-se que, em alguma medida, é necessário proteger o interesse do indivíduo quando ameaçado pelos interesses gerais promovidos pelo Estado." (pág. 97)

"A tese de que o interesse público deve prevalecer sobre o privado é incompatível com os postulados da proporcionalidade e concordância prática. Pela proporcionalidade, na aplicação e interpretação em sentido estrito. Assim, seria inconcebível estabelecer sem essa análise a prevalência do interesse o público sobre o interesse privado. Portanto, sustentam que deve a Administração ponderar os interesses em jogo, para, no final, eleger aquele mais relevante em dado momento (público ou privado)." (pág. 98)

"A atuação do Poder Público deve, portanto, estar pautada não pela supremacia do interesse público, mas sim pela ponderação e máxima realização dos interesses, observando os bens jurídicos envolvidos, vez que a Administração Pública deve atuar em defesa e promoção dos direitos fundamentais com respeito à dignidade humana, realizando as finalidades públicas estabelecidas na Constituição (Humberto Ávila, 2007)."

Postos tais esclarecimentos, Gustavo Scatolino e João Trindade Cavalcante Filho, no Manual de Direito Administrativo, 7ª edição, editora: JusPodivm, 2019, ainda apontam não só Humberto Ávila, mas também Alexandre Santos Aragão e Gustavo Binenbojm na negativa de existência do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado de forma irrestrita.

Dessa forma, as prerrogativas da Administração devem ser consideradas para a realização do interesse público, em observância da proporcionalidade, sem qualquer inferiorização do particular, mesmo porque a administração pública envolve "atividade estatal consistente em defender concretamente o interesse público" (Manual de Direito Administrativo, Alexandre Mazza, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, página 59)

Tal doutrinador afasta a hierarquização e superioridade com relação ao particular, à medida que, eventuais prerrogativas não devem ser interpretadas de forma absoluta, é “a ideia de que, assim como ocorre com a supremacia do interesse público, a indisponibilidade também constitui noção relativa.”

“Por fim, cabe reforçar uma informação ensejadora de incontáveis questões de concurso público: todos os princípios do Direito Administrativo são desdobramentos da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público. Tecnicamente, seria mais correto dizer que os princípios administrativos, por representarem limitações ao poder estatal, decorrem diretamente da indisponibilidade do interesse público, e não da supremacia. Mas esse rigor conceitual não tem sido observado pelos examinadores” (pág. 116)

Cita ainda a prova de Auditor Fiscal do TCU feita pela Esaf, que afirma: “Ao contrário dos particulares, que podem fazer tudo aquilo que a lei não veda, pelo princípio da legalidade, a Administração só pode realizar o que lhe é expressamente autorizado em lei.” (pág. 121)

Diante disso, pode afirmar que a Administração Pública não tem prerrogativas que a coloca em condição de superioridade ao particular, mesmo porque, a legalidade é até mais ampla para o particular, conforme Hely Lopes Meirelles: “Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”. Nesse sentido, a Administração deve zelar pelo interesse coletivo, podendo, sim, ficar em igualdade de condições com o particular. Logo, não destoa da doutrina os mais atuais posicionamentos dos tribunais, como bem cita Gustavo Scatolino, “O STJ entende ilegítimo o corte no fornecimento de energia elétrica, mesmo após aviso prévio” não só com relação a hospital, onde o interesse público é latente, mas “também, ilegítimo o corte no fornecimento de energia elétrica quando puder acarretar lesão irreversível à integridade física do usuário.” (pág. 125)

Tanto que, o STJ chegou a sumular a igualdade de condições com o particular, sejamos o que a SÚMULA N. 634 “Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.” Primeira Seção, julgado em 12/06/2019, DJe 17/06/2019. (Informativo n. 649.)

Tendo em vista, o posicionamento majoritário da doutrina, a legislação vigente e a atual jurisprudência pede-se que o gabarito seja alterado, trocando-se a letra D pela letra “A”, que segue as atuais decisões de nossos tribunais, considerando a como correta a alternativa A. Digne-se o examinador pela alteração ajustando o gabarito oficial.

Código do recurso: 1526 | Solicitado em: 21/08/2019 -16:52

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -
PROCURADOR JURÍDICO

Questão 12

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PLEOS CANDIDATOS, NO PRESENTE CASO NÃO LHE ASSISTE RAZÃO.

SENÃO VEJAMOS A QUESTÃO:

12- Assinale "V" para Verdadeiro e "F" para Falso.

() I- O contrato administrativo permite que a Administração, ou até mesmo qualquer interessado estranho a ela, acompanhe a execução do contrato, sendo essa um dever da Administração mesmo que não venha expresso como cláusula contratual.

() II- A aplicação de penalidades contratuais está prevista na lei 8.666/93 (lei de licitações), tendo esta profunda ligação com o controle contratual, pois após a sua fiscalização e observância de alguma irregularidade, terá a Administração o dever de aplicar a penalidade cabível ao caso.

() III- O dever de aplicação de penalidade tem fundamento no princípio da autoexecutoriedade dos atos administrativos. Tais penalidades, mesmo que não estejam expressas no contrato reservam-se na obrigatoriedade de aplicação destas. Essas penalidades estão previstas nos artigos 86 a 88 da lei 8.666/93, que são: advertências e multas, rescisão unilateral do contrato, suspensão provisória e a declaração de idoneidade para licitar e contratar com Administração Pública.

() IV- Percebe-se que o contrato administrativo tem como fundamento basilar o princípio do interesse público ou supremacia do interesse público, daí resultando prerrogativas que somente são permitidas em contratos firmados entre a Administração Pública e pessoa física ou jurídica de direito privado.

() V- A Administração Pública não tem prerrogativas que deixam-na em condição de superioridade com relação ao particular; afinal, a Administração Pública está lidando com bem de uso comum e de interesse de todos, podendo ficar em igualdade de condições com o particular, como acontece no direito privado.

a) Todas São Verdadeiras

b) Todas são Falsas

c) Somente a III é Falsa

d) Somente a V é Falsa

e) Somente a V é Verdadeira

A QUESTÃO PEDE PARA MARCAR ITENS FALSOS E OU VERDADEIROS.

O ITEM "V" É FALSO PORQUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA **TEM PRERROGATIVAS QUE DEIXAM-NA EM CONDIÇÃO DE SUPERIORIDADE COM RELAÇÃO AO PARTICULAR.** NA QUESTÃO CONSTOU QUE **NÃO TEM.**

ASSIM FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -22:20**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Questão nº 42 - Recurso para a Alteração:

A Hermenêutica orienta a interpretação a que se deve dar, sejam pelas fórmulas desenvolvidas por Savigny: a interpretação sistemática, histórica, lógica e gramatical; seja por pela máxima efetividade, que segundo Konrad Hesse “a interpretação constitucional é concretização”.

Assim, em observância a melhor hermenêutica, considerando que “A interpretação constitucional tende a acarretar impacto sobre todo o direito positivo do Estado, já que é a Constituição a norma suprema em uma comunidade e a fonte de legitimidade formal de toda a sua ordem jurídica. Dispondo a Constituição sobre as relações entre os poderes e destes com as pessoas, a interpretação constitucional não se desprende, tampouco, de uma ineliminável pressão ideológica e política. Os interesses apanhados pela fixação do entendimento de um preceito da Lei Fundamental tendem a ser mais amplos e de projeção estrutural mais avultada, se comparados com os interesses que, ordinariamente, estão em jogo, quando se cuida de definir normas de setores outros do mundo jurídico.” (pág. 79, 12ª ed., Curso de Direito Constitucional, Gilmar Mendes, 2017)

Ademais, a interpretação no caso envolve a Constituição e a Lei Orgânica do Município, considerando a função da Constituição em “promover a integração política e social, mantido o respeito às diversidades básicas existentes, aponta-se que serve de índice positivo do acerto de uma interpretação o efeito produzido de reforço da unidade política e o favorecimento à integração política e social.” E segue, Paulo Gustavo Gonet Branco, dizendo que “Canotilho ajunta ao catálogo de pautas de interpretação o que chama de princípio da máxima efetividade. Atribui-lhe a seguinte formulação: ‘a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe dê’ (pág. 93)

Sob esses fundamentos, verifica-se que a Lei Orgânica do Município de 04 de abril de 1990, em seu Artigo 84, caput, trouxe o prazo de 2 anos e há época a constituição também dispunha de idêntico prazo, no entanto, com o advento da EC 19/1998 houve a alteração constitucional, considerando que após 3 anos de efetivo exercício haverá a estabilidade dos concursados.

Vejam os Art. 41, caput, da Constituição Federal vigente,

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalorada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Portanto, em respeito às orientações hermenêuticas e seguindo o comando apresentado na questão 42, requer-se a alteração do gabarito que constou a letra D, alterando para a letra correta, no caso a alternativa de letra “E” após três anos.

Código do recurso: 1527 | Solicitado em: 21/08/2019 -16:56

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: 31/08/2019 -12:03

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

Consistório não é a melhor palavra para ser usada como coletivo de bandidos visto que o significado de consistório substantivo masculino

1. assembleia solene; conselho.
- 2.

POR EXTENSÃO

assembleia de ministros e de fiéis em algumas igrejas protestantes, ou de membros do conselho de uma sinagoga, reunida para discutir problemas gerais das suas comunidades religiosas.

Nesse caso a melhor resposta seria a alternativa D horda pois significa:horda substantivo feminino

1. tribo de tártaros ou de outros nômades.
2. bando indisciplinado, malfazejo, que provoca desordem, brigas etc.

"h. de facínoras"

Código do recurso: 1522 | Solicitado em: **21/08/2019 -16:20**

LÍNGUA PORTUGUESA - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 8

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

O CANDIDATO MENCIONOU A QUESTÃO NUMERO 8 E FEZ RECLAMAÇÃO DA QUESTÃO NUMERO 9.

ASSIM FICA INDEFERIDO, RESSALVANDO QUE A QUESTÃO 9 FOI DEFERIDA EM OUTROS RECURSOS.

Respondido em: **31/08/2019 -11:54**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

O gabarito dá como resposta a alternativa D, onde o servidor público é considerado estável após 2 anos de efetivo exercício. Quando na verdade a resposta correta é a alternativa E de acordo com a constituição federal.

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Código do recurso: 1523 | Solicitado em: **21/08/2019 -16:26**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:03**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A questão apresenta 2 alternativas como incorretas, a alternativa C e a D, uma vez que no artigo 156 da CF não compete ao município instituir impostos sobre venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Código do recurso: 1524 | Solicitado em: **21/08/2019 -16:36**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão **45**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A QUESTÃO TEM DUAS RESPOSTA, PORTANTO SERÁ CANCELADA. ASSIM, A PONTUAÇÃO INERENTE A ELA SERÁ ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

Respondido em: **31/08/2019 -17:56**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

42) Após quanto tempo de efetivo exercício são estáveis os servidores nomeados em virtude de concurso público:

- a) desde a posse;
- b) após 6 meses;
- c) após um ano;
- d) após dois anos;
- e) após três anos.

O gabarito oficial versa que a assertiva correta é a letra "D".

Tal não merece prosperar, pois errôneo, afinal em contrariedade com o art. 41 da CF/88:

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Nesta toada, requer seja reformado o gabarito para que considere como assertiva correta a "E".

Código do recurso: 1509 | Solicitado em: **21/08/2019 -09:06**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **42**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:03**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

6) Complete as lacunas do período abaixo e assinale a alternativa correspondente:

_____ que os _____ cuidem dos mais _____.

- a) Convém – jovens – idosos;
- b) Convêm – jovens – idosos;
- c) Convém – jovens – idosos;
- d) Convem – jovens – idosos;
- e) Convêm – jovens – idosos.

O gabarito versa que a assertiva C é a correta.

Ocorre que o correto é a palavra "Convêm", pois o verbo convir, no caso em tela, está no presente do indicativo na 3ª pessoa do plural.

Presente do indicativo:

(Eu) convenho
(Tu) convéns
(Ele) convém
(Nós) convimos
(Vós) convindes
(Eles) convêm

Ora, aos jovens (A Eles) convêm.

Nesta toada, requer seja reformado o gabarito para que considere como assertiva correta a "B".

Código do recurso: 1510 | Solicitado em: **21/08/2019 -09:08**

LÍNGUA PORTUGUESA - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 6

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A PALAVRA CONVÉM - NO SINGULAR, É ESCRITA COM ACENTO AGUDO. CONVÊM - NO PLURAL, É ESCRITO COM ACENTO CIRCUNFLEXO. NO EXEMPLO, A PALAVRA É SINGULAR.

PORTANTO FICA INDEFERIDO O RECURSO.

Respondido em: **31/08/2019 -11:43**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Cara Douta Banca Examinadora, a questão 33 merece ser anulada por duplicidade de alternativas corretas.

Questão abaixo.

33- Conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Orgânica do Município de Rubiácea, a convocação extraordinária da Câmara Municipal, far-se-á EXCETO.

- a) pelo Prefeito Municipal, quando este entender necessário, mediante ofício ao Presidente da Câmara;
- b) pelo Presidente da Câmara para o compromisso de posse do Prefeito e do Vice Prefeito;
- c) Pelo Presidente da Câmara;
- d) Pela Mesa Diretora da Câmara;

a alternativa "D" foi dada como incorreta de certo ela está incorreta pois não é só pela é pela MAIORIA da Mesa.

"...a requerimento da maioria dos Membros da Casa..."

e) a requerimento da maioria dos vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante.

A letra "E" também se encontra incorreta não previsão.

3.º — A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I — pelo prefeito, quando este a entender necessária, mediante ofício ao Presidente da Câmara;

II — pelo Presidente da Câmara para o compromisso e posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III — pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos Membros da Casa, em caso de urgência ou de interesse público relevante;

Assim, como no site da prefeitura quanto no da câmara não apresenta esta hipótese e ainda que houver acontecido emenda a LOA incluindo tal hipótese lembra-se que não foi dada a publicidade para os candidatos de alterações de leis.

Deste modo, tem-se duas questões como corretas a alternativa "D" e "E" assim requeiro a ANULAÇÃO.

Código do recurso: 1501 | Solicitado em: **21/08/2019 -00:54**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 33

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A QUESTÃO PEDE O "EXCETO".

ASSIM, O QUE NÃO CONSTA NO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 16 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RUBIÁCEA É A LETRA "D" , OU SEJA, "PELA MESA DIRETORA DA CÂMARA".

ASSIM, FICA INDEFERIO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -20:21**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Cara douta banca examinadora a questão 42 merece ter seu gabarito alterado.

In verbis a questão.

42- Após quanto tempo de efetivo exercício são estáveis os servidores nomeados em virtude de concurso público.

- a) desde a posse.
- b) após seis meses
- c) após um ano
- d) após dois anos
- e) após três anos.

A alternativa dada como correta foi a letra "D".

O servidor torna-se efetivo com três anos de efetivo exercício caso aprovado na avaliação conforme artigo 41 CRFB de 1988 abaixo.

Art. 41. São estáveis APÓS TRÊS ANOS de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Assim, Cara Douta Banca Examinadora deve ser alterado o gabarito para letra "E" por ser de direito.

Código do recurso: 1502 | Solicitado em: **21/08/2019 -00:55**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOUVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:03**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Cara Banca a alternativa "a" foi dada como gabarito da questão 50, entretanto ela também é correta assim não se resta alternativa incorreta.

50- A possibilidade de a administração poder, de modo unilateral, extinguir o contrato administrativo é, indiscutivelmente, poder exorbitante que, no entanto, deverá ser utilizado dentro das hipóteses autorizadas em lei. Enquadram-se nessa primeira modalidade de rescisão unilateral, dentre outras, as seguintes hipóteses, EXCETO:

a) o atraso no início da execução do contrato;

o artigo 77 da lei 8666/93 prevê:

Art. 77. A INEXECUÇÃO total ou parcial do CONTRATO enseja a sua RESCISÃO, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

O atraso nada mais é que sua inexecução é falta do deve de cumprir o contrato viola o princípio da continuidade dos serviços públicos entre outros.

Já o artigo 78 inciso IV de onde veio inspiração da questão estabelece.

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

Analise-se não há obra, serviço ou fornecimento de produtos para administração pela lei de licitações SEM CONTRATO.

Fica claro que a não começar a obra dia X que deve estar em CONTRATO este descumprir o contrato.

O atraso sempre descumprirá o contrato pois as datas de execução estão no CONTRATO que foi estabelecido pelo projeto básico ou projeto executivo.

Assim, cara banca apesar de ser letra de lei a questão continua correta e por não haver incorreções em nenhuma a de anular a questão.

Código do recurso: 1503 | Solicitado em: **21/08/2019 -00:56**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 51

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PELOS CANDIDISTOS, NO PRESENTE CASO NÃO ASSISTE RAZÃO PARA ATENDER O PEDIDO.

O SIMPLES ATRASO PODERÁ SER ALGUNS DIAS. ISSO POR SI SÓ NÃO PODERÁ HAVER A RESCISÃO UNILATERALMENTE. NA HIPÓTESE CABERIA UMA ADVERTÊNCIA, MULTA OU OUTRA PENALIDADE DISPOSTA EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.

PORTANTO FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -17:39**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Cara Banca a alternativa "a" foi dada como gabarito da questão 50, entretanto ela também é correta assim não se resta alternativa incorreta.

50- A possibilidade de a administração poder, de modo unilateral, extinguir o contrato administrativo é, indiscutivelmente, poder exorbitante que, no entanto, deverá ser utilizado dentro das hipóteses autorizadas em lei. Enquadram-se nessa primeira modalidade de rescisão unilateral, dentre outras, as seguintes hipóteses, EXCETO:
a) o atraso no início da execução do contrato;

o artigo 77 da lei 8666/93 prevê:

Art. 77. A INEXECUÇÃO total ou parcial do CONTRATO enseja a sua RESCISÃO, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

O atraso nada mais é que sua inexecução é falta do deve de cumprir o contrato viola o princípio da continuidade dos serviços públicos entre outros.

Já o artigo 78 inciso IV de onde veio inspiração da questão estabelece.

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

Analisemos não há obra, serviço ou fornecimento de produtos para administração pela lei de licitações SEM CONTRATO.

Fica claro que a não começar a obra dia X que deve estar em CONTRATO este descumpri o contrato.

O atraso sempre descumpri o contrato pois as datas de execução estão no CONTRATO que foi estabelecido pelo projeto básico ou projeto executivo.

Assim, cara banca apesar de ser letra de lei a questão continua correta e por não haver incorreções em nenhuma a de anular a questão.

Código do recurso: 1504 | Solicitado em: **21/08/2019 -00:56**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **51**

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. PRIMEIRAMENTE MENCIONOU A QUESTÃO 50 E TROUXE O ENUNCIADO DA QUESTÃO 51.

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PELOS CANDIDSTOS, NO PRESENTE CASO NÃO ASSISTE RAZÃO PARA ATENDER O PEDIDO. O SIMPLES ATRASO PODERÁ SER ALGUNS DIAS. ISSO POR SI SÓ NÃO PODERÁ HAVER A RESCISÃO UNILATERALMENTE. NA HIPÓTESE CABERIA UMA ADVERTÊNCIA, MULTA OU OUTRA PENALIDADE DISPOSTA EM CONTRATO ADMINISTRATIVO. PORTANTO FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -17:53**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Cara Doute Banca Examinadora, a questão 55 não deve ser mantida requeiro a sua ANULAÇÃO.

A questão tem em seu enunciado a pergunta sobre OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA tem sua regulamentação no CTN no "TÍTULO II Obrigação Tributária" a partir do artigo 113.

A questão in verbis abaixo.

55- Sobre a OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, assinale a alternativa FALSA:

a) Fato gerador é o comportamento realizado pelo sujeito ativo que gera a incidência tributária.

Não basta o comportamento para ter o fato gerador a necessidade de lei.

O princípio da legalidade somente temos tributos quando a lei assim define e assim o define a artigo 114 do CTN.

Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação DEFINIDA EM LEI como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Ainda, ao dizer que é o comportamento a questão também peca pois fato gerador pode até mesmo ser o exercício pelo poder de polícia administrativa exercido pelo poder público como por exemplo a taxa conforme artigo 77 do CTN por isso independe de comportamento da parte.

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, TÊM COMO FATO GERADOR O EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua

disposição.

Deste modo essa questão também está incorreta.

b) Base de cálculo é o valor sobre o qual o tributo é calculado.

A alternativa b está correta assim não faz parte do gabarito.

c) Alíquota é o montante arrecado com o lançamento do tributo.

A alternativa c está incorreta e foi dada como o gabarito preliminar.

d) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

A alternativa D está correta assim não faz parte do gabarito.

e) Sujeito passivo é o contribuinte, o responsável.

Conforme exposto, Cara Banca se estreita ao enunciado como falsas duas alternativas a "C" e "A". havendo mais de uma alternativa a questão não merece ser mantida requeiro a ANULAÇÃO DESTAS.

Código do recurso: 1505 | Solicitado em: **21/08/2019 -00:58**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 55

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DA QUESTÃO; TENDO EM VISTA QUE "FATO GERADOR É O COMPORTAMENTO REALIZADO PELO **SUJEITO PASSIVO** QUE GERA A INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA". NA LETRA "A" CONSTOU, ERRONEAMENTE, SUJEITO ATIVO, PORTANTO, IGUALMENTE A LETRA "C" TAMBEM É FASLSA. ASSIM, FICA ANULADA A QUESTÃO, POR HAVER DUAS RESPOSTAS. ASSIM A PONTUAÇÃO INERENTE A ELA FICA ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

Respondido em: **31/08/2019 -12:38**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Cara douta Banca Examinadora, a questão tem como base o texto logo abaixo.

“Não é plausível o FOMENTO da greve, na atual conjuntura.”

O ato de fomentar está assim definido no link <https://www.dicio.com.br/fomento/>
Que se encaixa perfeitamente aqui como o ato de progredir.
Ação que estimula o DESENVOLVIMENTO de algo; estímulo.

Do Latim “fomentum”, que significa “aquecer”.

De qualquer maneira não é cabido a interpretação como “fonte”.

No site <https://www.significados.com.br/fomento/>
Fomentar é promover o progresso.

4- “Fomento” é sinônimo de:

- a) progresso.
- b) adesão.
- c) incitação.
- d) fonte.
- e) energia.

Assim, Cara Douta Banca Examinadora requer a alteração do gabarito para alternativa “A”.

Código do recurso: 1506 | Solicitado em: **21/08/2019 -01:20**

LÍNGUA PORTUGUESA - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 4

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSSITE RAZÃO AO CANDIDATO. "FOMENTO" É SINÔNIMO DE "INCITAÇÃO", "ESTIMULO", DE ACORDO COM O DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA

PORTUGUESA MICHAELIS, P. 395. PORTONTO FICA INDEFERIDO O RECURSO.

Respondido em: **31/08/2019 -11:36**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Com a devida vênia, salvo melhor juízo, a posição adotada pela r. banca, está em total dissonância com a Constituição Federal de 1.988. Vejamos:

O artigo 41 da CF/88, disciplina que:

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Com efeito, após a entrada em vigor da EC 19/98 o prazo passou de 02 para 03 anos.

Lado outro, não pode ser adotado o prazo fixado na lei orgânica do município de Rubiácea. Explico: Primeiro, porquê a questão não faz referência a legislação municipal, isso nos remete à normal geral, ou seja: A CF/88; Segundo, porque o município de Rubiácea - SP, alterou o regime jurídico aplicável ao quadro de servidores, por meio da LC n] 02/97. Denota-se, portanto, que por qualquer ângulo que se observe, o entendimento adotado pelo gabarito está equivocado. Por tais motivos, a opção correta a ser considerada é a letra "e".

Requer, destarte, a modificação do gabarito preliminar.

P. deferimento.

Anexo(s):

[LC 02-97 Regime CLT.pdf](#)

Código do recurso: 1507 | Solicitado em: **21/08/2019 -08:12**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **42**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:03**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Com a devida vênia, salvo melhor juízo, a questão em testilha é âmbigua. Vejamos:

O artigo 3º do CTN preconiza que:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

logo, estrai-se do comando legal, que tributo "é toda prestação pecuniária e compulsoria"

Ora, a questão foi mal elaborada e merece ser anulada.

Da leitura, o candidato acertivo e conhecedor do CTN iria fazer referência ao já citado artigo 3º, ou seja, todos os entes federados, dentro de sua competência constitucional, podem instituir tributos "que são prestações pecuniárias e compulsórias"

De outro lado, a contribuição de melhoria é de competência comum dos estados e municípios, o mesmo deve ser dito em relação as taxas e impostos. Portanto, a única opção seria a letra "e". De qualquer forma, a questão é âmbigua e no mínimo contraditória.

Merece ser anulada.

P. deferimento

Código do recurso: 1508 | Solicitado em: **21/08/2019 -08:27**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 19

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES.

VEJA A QUESTÃO:

19- Conforme preceitua o artigo 145 da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos, EXCETO:

- a) impostos;
- b) contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;
- c) compulsórios;
- d) taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- e) não há exceto.

A QUESTÃO FAZ REFERENCIA AO ARTIGO 145. PELA LITERALIDADE DE NORMA HÁ EXCESSÃO É "COMPULSÓRIO". ASSIM, FICA MANTIDA A QUESTÃO.

Respondido em: **31/08/2019 -15:28**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

Ilustríssima banca examinadora,

A questão 14, existe um enunciado impossibilitando discernir qual resposta correta que o exercício está pedindo, pois o exercício requer do candidato qual é o princípio aplicado no enunciado da questão; Contudo, no enunciado informa que o Administrador Público vai agir "SEMPRE SOB A ÉGIDE DA LEI" neste caso, está diante do Princípio

da Legalidade;

Como leciona Hely Lopes Meirelles:

“a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”.

Além disso o princípio da Legalidade é uma das maiores garantias para os gestores frente o Poder Público. Ele representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, os agentes da Administração Pública devem atuar SEMPRE CONFORME A LEI.

Além disto, quando o mesmo enunciado, informa que busca melhores saídas para solução de problemas e melhor gestão pública, está diante do Princípio da Eficiência, impossibilitando neste enunciado dizer se é Eficiência ou Legalidade. Portanto é motivo de anulação a questão por ambiguidade e mal formulado o enunciado, pois não dá para saber quais dos dois princípios o enunciado está se referindo, pois o enunciado fala tanto em legalidade quanto eficiência e além disso quando o agente público pratica o princípio da eficiência disposto no artigo 37 “caput” da Constituição Federal, está diante do princípio da legalidade, pois está agindo conforme a lei prevê.

Código do recurso: 1461 | Solicitado em: 20/08/2019 -12:05

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 14

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

14- Os princípios básicos da Administração Pública são chamados pela doutrina de LIMPE: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Todos eles estão presentes no artigo 37 da [Constituição Federal](#).

Pois bem, assim sendo, o administrador público tem o dever de fazer uma boa gestão. É o que reza a norma e o que se espera do governante. O representante deve trazer as melhores saídas para a solução de problemas e melhor gestão pública, sempre sob a égide da lei, bem como as mais efetivas e melhores práticas. Com esse princípio, o administrador obtém a resposta do interesse público e o **Estado possui maior eficácia na elaboração de suas ações**. Sobre os Princípios da Administração pública, essa afirmação refere-se à:

- a) Eficiência
- b) Moralidade
- c) Publicidade

d) Impessoalidade

e) Legalidade

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PELOS CANDIDATOS, NO PRESENTE CASO NÃO HÁ QUE SE FALAR EM ANULAR A QUESTÃO. ASSIM FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -17:19**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

Ilustríssima banca examinadora,

Na resolução da questão 59, manda assinalar a questão FALSA, contudo existe duas resposta certa e por isso deve ser anulada, haja vista que a alternativa "A" também é falsa, pois quem realiza o fato gerador é o SUJEITO PASSIVO e não o ativo como diz a questão, ou seja, o fato gerador é o comportamento realizado pelo sujeito passivo; Por exemplo em um situação hipotética: "Circular Mercadoria" é Hipótese de Incidência (HI) que está abrangido de legalidade pois o legislador constituinte prevê um fato (pressuposto normativo), e "Maria Circula Mercadoria" Fato Gerador (FG) (consequente), com a subsunção de HI e FG nasce a obrigação tributaria (OT). De acordo com a doutrina e jurisprudência de tribunais superiores.

RESUMIDAMENTE: O fenômeno da incidência é, exatamente, neste momento inicial da relação jurídico-tributaria. Ou seja, só se cogita do dever de pagar a obrigação tributaria se houver referido fenômeno, que significa o encontro do fato com hipótese e vice-versa e com isso gera a chamada obrigação tributaria no qual é um pressuposto para que ocorra o fenômeno da incidência tributária.

Em outras palavras Maria realiza o fato gerador que é o comportamento realizado pelo "SUJEITO PASSIVO" pois Maria é o sujeito passivo, ou em outras palavras, o contribuinte ou responsável pela dívida tributária. Além disso não é correto dizer que é o sujeito ativo que gera a incidência tributária, pois esse sujeito de acordo com o artigo 119 do CTN; "é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir seu cumprimento" que é o de cobrar o tributo devido que o sujeito passivo deve ao realizar o fato gerador. Por fim verifica-se que a alternativa "C" também é falsa pois a resposta diz: "Alíquota é o montante arrecadado com o lançamento do tributo. O que não é verdade; portanto percebe-se que tem duas questões certas na mesma alternativa, passivo de anulação da questão.

Código do recurso: 1462 | Solicitado em: **20/08/2019 -12:10**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 59

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

HOUVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DA QUESTÃO E A MENSA SERÁ CANCELADA. ASSIM A PONTUAÇÃO INERENTE A ELA SERÁ ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

PORTANTO, FICA DEFERIDO O RECURSO

Respondido em: **31/08/2019 -17:23**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A questão de número 42 traz como enunciado: "Após quanto tempo de efetivo exercício são estáveis os servidores nomeados em virtude concurso público."

O gabarito apontou como correta a alternativa "(d) após dois anos".

Contudo, de acordo com o art. 41, da Constituição Federal, tal prazo é de 3 anos, sendo assim, a alternativa correta seria a (e).

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Assim, requer seja alterado o gabarito, para constar como correta a alternativa "E".

Código do recurso: 1471 | Solicitado em: **20/08/2019 -17:21**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOUE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:02**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

O gabarito indicou como correto a letra "d", entretanto, essa essa questão deve ser anulada, explico:

A questão pede quais os tributos os entes políticos não podem instituir segundo o art. 145 da CF. Pela literalidade do dispositivo as alternativas A, B, e D são permitidos:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Considerando que a posição pacífica do STF é no sentido de que a divisão das espécies tributárias é pentapartite e que o empréstimo compulsório só pode ser instituído pela União, esta alternativa está incorreta, pois a assertiva mencionada todos os entes políticos.

Considerando que o artigo 145 da CF não traz exceções, a alternativa E também está incorreta.

Portanto, além do gabarito ter apontado alternativa que diverge da legislação, a questão apresenta duas alternativas erradas, ou seja, que não faz parte do texto do artigo 145

da Cf.

Assim, ela deve ser anulada, o que se requer.

Anexo(s):

[Classificação dos tributos brasileiros. - Jus.com.br Jus Navigandi.pdf](#)

Código do recurso: 1447 | Solicitado em: **20/08/2019 -08:25**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 19

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. VEJA A QUESTÃO:

19- Conforme preceitua o artigo 145 da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos, **EXCETO**:

- a) impostos;
- b) contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;
- c) compulsórios;
- d) taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- e) não há exceto.

A QUESTÃO FAZ REFERENCIA AO ARTIGO 145. PELA LITERALIDADE DE NORMA HÁ EXCESSÃO É "COMPULSÓRIO". ASSIM, FICA MANTIDA A QUESTÃO

Respondido em: **31/08/2019 -15:23**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

O gabarito da questão 31 deve ser alterado, considerando como correta a letra C. Segundo literalidade do artigo 1º do decreto-lei 201, a única alternativa que não faz parte do rol é a que consta o inciso III.

Vejam os:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

IV - empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

V - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

VI - deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;

VII - Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título;

VIII - Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

IX - Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

X - Alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

XI - Adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei;

XII - Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;

XIII - Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei;

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV - Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

XVI – deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XVII – ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XVIII – deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XIX – deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XX – ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XXI – captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XXII – ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XXIII – realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei.

Nenhum dos incisos acima menciona "aplicar rendas ou verbas públicas, em instituição financeira que não públicas, sem lei específica".

Ante o exposto, pela literalidade do artigo 1º do decreto-lei 201, o gabarito deve ser alterado para considerar como correta a alternativa "C", o que se requer.

Código do recurso: 1448 | Solicitado em: **20/08/2019 -08:44**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 31

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Resposta:

O CANDIDATO PEDE MUDANÇA NO GABARITO, PARA LETRA "C". ENTRETANTO JÁ FOI PUBLICADO DESTA FORMA. ASSIM SENDO É IMPROCEDENTE O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -15:34**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Anexo(s):

[Recurso - Questões 42 e 55 - Edital 01.2019 - Rubiácea.pdf](#)

Código do recurso: 1512 | Solicitado em: **21/08/2019 -09:53**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER

CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:03**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Requer-se a anulação da Questão 55 por haver duas alternativas corretas, nos termos da fundamentação apresentada.

Ademais, apresenta-se o presente Recurso em conjunto com o Recurso referente à Questão n.º 42, em observância ao item n.º 10.5, letra "b" do Edital 01/2019, o qual dispõe: "O recurso deverá (...) ser apresentado de forma única, ou seja, todos os itens que se deseja recorrer deverão constar de um único recurso".

Nestes termos, pede deferimento.

Livia Corrêa Gorgone - Inscrição n.º 139

Anexo(s):

[Recurso - Questões 42 e 55 - Edital 01.2019 - Rubiácea.pdf](#)

Código do recurso: 1513 | Solicitado em: **21/08/2019 -10:00**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão **55**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO A CANDIDATA. A QUESTÃO 55 SERÁ CANCELADA E SUA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

Respondido em: **31/08/2019 -20:25**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

Na prova consta que o coletivo de bandidos é consistório , alternativa B sendo este "assembleia de ministros e de fiéis em algumas igrejas protestantes, ou de membros do conselho de uma sinagoga, reunida para discutir problemas gerais das suas comunidades religiosas " , portanto a resposta correta deveria ser a alternativa D , horda é um dos coletivos para bandidos .

Código do recurso: 1453 | Solicitado em: **20/08/2019 -10:08**

LÍNGUA PORTUGUESA - FISCAL DE
TRIBUTOS

Questão 9

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS. HOVE ERRO NO GABARITO. ASSIM FICA RETIFICADO: A RESPOSTA CORRETA É LETRA "D".

Respondido em: **31/08/2019 -11:05**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

Segundo consta a CF/88 Art. 41." São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público ", portanto a alternativa correta é E , e não alternativa D que diz após dois anos .

Código do recurso: 1454 | Solicitado em: **20/08/2019 -10:13**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão **42**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOUE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:00**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

Segundo consta a lei de responsabilidade fiscal " Art. 2o Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;"

Na alternativa pede quais dos itens são falsos ou verdadeiros , portanto todas as hipóteses mencionadas são verdadeiras , a alternativa correta deve ser a letra A , e não a letra C .

Código do recurso: 1455 | Solicitado em: **20/08/2019 -10:26**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 49

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

VEJA A QUESTÃO:

49- De acordo com o artigo 2º da Lei de Responsabilidade fiscal, assinale "V" para Verdadeiro e "F" para Falso:

() I- Entende-se como ente da Federação, a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

() II- Empresa controlada é sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

() III- empresa estatal dependente é controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

() IV- receita corrente líquida e o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, incluídas, na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na

Constituição.

- a) Todas são Verdadeiras
- b) Todas são Falsas
- c) Somente II é Falsa
- d) III e IV são Falsas
- e) Somente IV é Falsa

UMA VEZ QUE SÓ O ITEM "IV" DAS AFIRMATIVAS É FALSO A RESPOSTA CORRETA É LETRA "E".

PORTANTO NEM "A" E NEM "C" COMO MENCIONOU O RECORRENTE.

ASSIM FICA INDEFERIDO O RECURSO.

Respondido em: **31/08/2019 -17:03**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

Segundo consta a lei 8666/93 " Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

Portanto todas essas hipóteses estão mencionadas na questão que pede a alternativa incorreta , portanto não há resposta correta para essa questão .

Código do recurso: 1456 | Solicitado em: **20/08/2019 -10:38**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 51

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

A LETRA "A" - ATRASO NO INÍCIO DA OBRA É O EXCETO.

VEJA A QUESTÃO:

51- A possibilidade de a administração poder, de modo unilateral, extinguir o contrato administrativo é, indiscutivelmente, poder exorbitante que, no entanto, deverá ser utilizado dentro das hipóteses autorizadas em lei. Enquadram-se nessa primeira modalidade de rescisão unilateral, dentre outras, as seguintes hipóteses, **EXCETO:**

a) o atraso no início da execução do contrato;

b) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

d) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

e) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

ASSIM FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -17:08**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

a questão 13 da como alternativa correta a letra "b"

que diz que a MELHOR modalidade seria o Convite visto que essa modalidade de licitação poderá ser feita, normalmente, para aquisição de obras e serviços de engenharia no valor estimado.

ocorre que não necessariamente o convite é a melhor opção pois tanto a concorrência quanto a tomada de preço poderia ser realizado nesse valor, a resposta deveria falar que PODERIA ser o convite pois o valor está dentro do limite do convite, mas não que seria a MELHOR modalidade pois se for levar em consideração uma ampla divulgação diversidade de participantes a melhor modalidade seria a concorrência e não o convite, portanto requeiro a devida anulação da questão nº 13

Código do recurso: 1459 | Solicitado em: **20/08/2019 -10:45**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -
PROCURADOR JURÍDICO

Questão 13

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

NA QUESTÃO EM COMENTO A RESPOSTA QUE POR ELIMINAÇÃO SOBRA É A LETRA "B". PELA CARATERISTICA DO SERVIÇO TRAZINODO NA QUESTÃO A MELHOR É O "CONCITE", POR SER PERFEITAMENTE LEGAL É UMA MODALIDADE MAIS SIMPLES.

ASSIM FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -17:13**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A questão 42 diz que a alternativa correta seria a letra "D" que alega que para ser estável tem que ter 2 anos de efetivo exercício. porém o artigo 41 da CF diz que são estáveis após Três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. portanto requeiro a retificação do gabarito pois a alternativa correta é a letra "E" que diz que são Três anos, e não aletra "D" que fala que é dois.

Código do recurso: 1460 | Solicitado em: **20/08/2019 -11:07**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOUVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:00**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Com relação à questão 42, o gabarito indicou o prazo de dois anos - "d) após dois anos" para o servidor adquirir a estabilidade pelo efetivo exercício e em virtude de concurso público. Todavia, o artigo 41 da Constituição Federal estabelece que este prazo é após três anos. Argumentando e expondo sobre o assunto, o prazo de dois anos é aplicado aos cargos para aquisição de vitaliciedade (Ministério Público e Magistratura) e não para todos outros servidores, que, no caso é de três anos, conforme norma Constitucional. Assim, requer seja revisto o gabarito, para correção, alterando a alternativa correta, atribuindo os pontos ao candidato recorrente, que respondeu de acordo com o artigo 41 da Constituição Federal - alternativa "e) após três anos."

Com relação à questão 7, para completar o coletivo adequado, no gabarito Oficial constou como resposta correta a alternativa "a) esquadrilha". Todavia, também, há nas opções de resposta na alternativa "c) flotilha", ou seja, flotilha é sinônimo de esquadrilha, cujas duas formas são empregadas como coletivo de aviões. Uma esquadrilha é agrupamento de pequenos navios ou aeronaves militares. Algumas Marinhas utilizam o termo alternativo Flotilha para designar as suas forças navais equivalentes à esquadrilha. Assim, requer seja anulada a questão.

Anexo(s):

[Esquadrilha – Wikipédia, a enciclopédia livre.pdf](#)

Código do recurso: 1457 | Solicitado em: **20/08/2019 -10:42**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOUVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:00**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

No enunciado esta pedindo o coletivo de "bandidos"

e não tinha essa opção, o mais próximo era turma, o correto é quadrilha, e não consistório como disse o gabarito.

Código do recurso: 1458 | Solicitado em: **20/08/2019 -10:43**

LÍNGUA PORTUGUESA - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 9

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS. HOVE ERRO NO GABARITO. ASSIM FICA RETIFICADO: A RESPOSTA CORRETA É LETRA "D".

Respondido em: **31/08/2019 -11:05**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A PERGUNTA ERA APÓS QUANTO TEMPO DE EFETIVO EXERCICIO SÃO ESTAVEIS OS SERVIDORES NOMEADOS EM VIRTUDE DE CONCURSO PUBLICO.

A RESPOSTA CORRETA É A ALTERNATIVA "E" 3 ANOS.

NO GABARITO ESTA A ALTERNATIVA "D" 2 ANOS E ESTA INCORRETO.

Código do recurso: 1464 | Solicitado em: **20/08/2019 -14:58**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão **42**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:00**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

na alternativa "C" diz: Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto óleo diesel.

Esse imposto foi extinto pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993.

E no enunciado da questão esta assim. Compete aos municípios instituir impostos sobre, EXCETO:

Se foi extinto o imposto é claro que os municípios não podem mais cobra-los então ele também se encaixa no no que pede a questão

Código do recurso: 1468 | Solicitado em: **20/08/2019 -15:57**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão **45**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. A QUESTÃO SERÁ ANULADA. ASSIM, A PONTUAÇÃO INERENTE A ELA SERÁ ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

Respondido em: **31/08/2019 -17:52**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

Referente a questão 42 : "Após Quanto tempo de efetivo exercício são estáveis is servidores nomeados em virtude de concurso público a) desde a posse. b) após seis meses. c) após um ano. d) após dois anos. e) após três anos."

Peço a alteração do gabarito oficial da alternativa D para 3 anos para se tornar estáveis os servidores públicos (alternativa E) pois não houve menção à lei municipal, permanecendo neste caso a emenda constitucional 19/98: "Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público" e conforme a decisão do TRF:

"A nova norma constitucional do art. 41 é imediatamente aplicável. Logo, as legislações estatutárias que previam prazo inferior a três anos para o estágio probatório restaram em desconformidade com o comando constitucional. Isso porque, não há como se dissociar o prazo do estágio probatório do prazo da estabilidade" (STF, STA 290, Presidência, Rel. Min. Gilmar Mendes, decisão em 25.11.2008. Publicada no DJE n. 231, de 03.12.2008. Trânsito em julgado em 03.02.2009.)"

Código do recurso: 1463 | Solicitado em: **20/08/2019 -14:04**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE
TRIBUTOS

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER

CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:00**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Egrégia Banca e Comissão. Excelentíssimo Presidente:

- Assunto: Recurso em relação a questão 20, da prova de Procurador Jurídico

-Questão 20 - A questão deve ser anulada. Em rigoroso sentido tecnico-jurídico inexistem, separadamente, com tais nomenclaturas, o imposto sobre propriedade predial urbana (alternativa "a" da questão), nem o imposto sobre propriedade territorial urbana (alternativa "b"). Em verdade, competem aos municípios instituir o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ou Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), nos termos do artigo 156, inciso I, da Constituição Federal, e dos artigos 32 a 34, do Código Tributário Nacional. Assim, na questão, as alternativas "a", "b" e "d" podem ser consideradas corretas. Logo, tal questão (20) deve ser anulada.

Nestes termos, pleiteia-se deferimento.

Código do recurso: 1465 | Solicitado em: **20/08/2019 -15:08**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -
PROCURADOR JURÍDICO

Questão 20

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

VEJAMOS A QUESTÃO:

20- Não compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- a) propriedade predial urbana;
- b) propriedade territorial urbana;
- c) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- d) prestações de serviços de transporte intermunicipal e de comunicação;
- e) serviços de qualquer natureza.

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PELOS CANDIDATOS, NO PRESENTE CASO A QUESTÃO DEVE SER MANTIDA.

NOTADAMENTE, SE O IMPOSTO INCIDIR APENAS SOBRE IMÓVEL SEM CONTRUÇÃO ELE É TERRITORIAL; E QUANDO HÁ CONTRUÇÃO É TERRITORIAL. ADEMAIS A QUESTÃO PEDE O QUE NÃO COMPETE. ASSIM FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -17:31**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Egrégia Banca e Comissão

Excelentíssimo Presidente:

- Assunto: Recurso em relação as questões 42, da prova de Procurador Jurídico

Questão 42 . A alternativa apontada pela banca como a certa, isto é, a letra "d", não está correta. Nos termos da Constituição Federal, precisamente no seu artigo 41, caput, são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, (redação dada pela Emenda Constitucional 19/1998). Logo, aqui correta é a alternativa "e". Por esta razão o gabarito oficial deve ser corrigido nesta questão de número 42, de modo a trazer como resposta correta a alternativa "e".

Nestes termos, pleiteia-se deferimento.

Código do recurso: 1466 | Solicitado em: **20/08/2019 -15:11**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -
PROCURADOR JURÍDICO

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOUVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:00**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Egrégia Banca e Comissão

Excelentíssimo Presidente:

- Assunto: Recurso em relação a questão 30, da prova de Procurador Jurídico
Questão 30. O enunciado da questão traz referência a uma alegada Lei Complementar 101/200. Ocorre que tal lei complementar (101/200) não existe, o que torna eivada a questão e, conseqüentemente, contamina as respostas sugeridas e, sobretudo, àquela apontada como correta. Ademais, não se pode presumir num 'certame público qual seria o número e ano correto da lei complementar indicada. Logo, aqui a anulação da questão é medida impositiva. Por esta razão o gabarito oficial deve ser corrigido anulando-se tal questão, ou seja, a de número 30.

Nestes termos, pleiteia-se deferimento.

Código do recurso: 1528 | Solicitado em: **21/08/2019 -16:58**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -
PROCURADOR JURÍDICO

Questão 30

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Resposta:

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PELOS CANDIDATOS, NO PRESENTE CASO NÃO ASSISTE RAZÃO AO RECORRENTE.

UMA VEZ QUE É PÚBLICO E NOTÓRIO QUE A LEI COMPLEMENTAR 101 É A LEI CONHECIDA COMO LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL O INFIMO ERRO DE DIGITAÇÃO NÃO INVIBILIZA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO. DE QUALQUER SORTE, NÃO BENEFICIA OU PREJUDICA QUALQUER CANDIDATO.

ASSIM A BANCA DECIDE MANTER A QUESTÃO. PORTANTO FICA INDEFERIDO O RECURSO.

Respondido em: **31/08/2019 -22:25**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A questão 12 considerou correta a alternativa D sob o fundamento de que apenas o item V é falsa, porém o item III também é FALSA, pois o dever da aplicação de penalidade tem fundamento no PODER DISCIPLINAR e não na AUTOEXECUTORIEDADE que é uma característica do PODER DE POLÍCIA.

O poder disciplinar consiste na prerrogativa que a Administração Pública detém a fim de apurar ilícitos administrativos e aplicar penalidades a todos os sujeitos sejam servidores ou não. Já a autoexecutoriedade é uma característica do Poder de Polícia que consiste na prática de ato sem a necessidade de acionar o Poder Judiciário. Assim, a questão deve ser anulada em virtude do erro do item III que considerou como fundamento o princípio da autoexecutoriedade o dever de aplicação de penalidade, sendo que o fundamento correto é o PODER DISCIPLINAR.

Desse modo, a questão em comento deve ser anulada sob o fundamento acima mencionado.

Código do recurso: 1449 | Solicitado em: **20/08/2019 -09:20**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 12

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO

2- Assinale "**V**" para Verdadeiro e "**F**" para Falso.

(V) I- O contrato administrativo permite que a Administração, ou até mesmo qualquer interessado estranho a ela, acompanhe a execução do contrato, sendo essa um dever da Administração mesmo que não venha expresso como cláusula contratual.

(V) II- A aplicação de penalidades contratuais está prevista na lei 8.666/93 (lei de licitações), tendo esta profunda ligação com o controle contratual, pois após a sua fiscalização e observância de alguma irregularidade, terá a Administração o dever de aplicar a penalidade cabível ao caso.

(V) III- O dever de aplicação de penalidade tem fundamento no princípio da autoexecutoriedade dos atos administrativos. Tais penalidades, mesmo que não estejam expressas no contrato reservam-se na obrigatoriedade de aplicação destas. Essas penalidades estão previstas nos artigos 86 a 88 da lei 8.666/93, que são: advertências e

multas, rescisão unilateral do contrato, suspensão provisória e a declaração de idoneidade para licitar e contratar com Administração Pública.

(V) IV- Percebe-se que o contrato administrativo tem como fundamento basilar o princípio do interesse público ou supremacia do interesse público, daí resultando prerrogativas que somente são permitidas em contratos firmados entre a Administração Pública e pessoa física ou jurídica de direito privado.

(F) V- A Administração Pública não tem prerrogativas que deixam-na em condição de superioridade com relação ao particular; afinal, a Administração Pública está lidando com bem de uso comum e de interesse de todos, podendo ficar em igualdade de condições com o particular, como acontece no direito privado.

a) Todas São Verdadeiras

b) Todas são Falsas

c) Somente a III é Falsa

d) Somente a V é Falsa

e) Somente a V é Verdadeira

ASSIM, A BANCA MANTEM A QUESTÃO NA SUA FORMA ORIGINAL TENDO A LETRA "D" COMO CORRETA.

Respondido em: **31/08/2019 -15:48**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

De acordo com o artigo 145, "caput" da Constituição Federal de 1988 compete a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituir: impostos, contribuição de melhoria e taxas. Contudo, o artigo 148 prevê que a União poderá instituir os empréstimos compulsórios. Assim, a questão em comento é ambígua, pois a União pode instituir os empréstimos compulsórios.

Código do recurso: 1450 | Solicitado em: **20/08/2019 -09:27**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR
JURÍDICO

Questão 19

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. VEJA A QUESTÃO:

19- Conforme preceitua o artigo 145 da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos, **EXCETO**:

- a) impostos;
- b) contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;
- c) compulsórios;
- d) taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- e) não há exceto.

A QUESTÃO FAZ REFERENCIA AO ARTIGO 145. PELA LITERALIDADE DE NORMA HÁ EXCESSÃO É "COMPULSÓRIO". ASSIM, FICA MANTIDA A QUESTÃO

Respondido em: **31/08/2019 -15:23**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A questão 42 considerou correta a alternativa D, no sentido de que o servidor nomeado adquire estabilidade após 2 anos de efetivo exercício, porém o artigo 41, "caput" da Constituição Federal prevê expressamente que: São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Assim, a questão deve ser anulada em razão do erro da assertiva ou deve considerar correta a alternativa E.

Código do recurso: 1451 | Solicitado em: **20/08/2019 -09:47**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -
PROCURADOR JURÍDICO

Questão 42

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA "E".

Respondido em: **31/08/2019 -12:00**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Conjetura possui como um de seus sinônimos a palavra "hipótese". Na frase "não é plausível o fomento da greve, na atual conjetura", caso a palavra seja conjetura, não haverá prejuízo na compreensão da frase, razão pela qual requer-se seja o gabarito de letra "D" seja considerado.

Código do recurso: 1473 | Solicitado em: **20/08/2019 -18:06**

LÍNGUA PORTUGUESA - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 2

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

Observe a frase abaixo e responda as questões 2, 3, 4 e 5:

“Não é plausível o fomento da greve, na atual conjuntura.”

2- A palavra conjuntura pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:

- a) oportunidade
- b) hipótese
- c) conveniência
- d) conjetura
- e) data

NÃO ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS. SEGUNDO ANTONIO HOUAISS, NO MINIDICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA, P. 105, "CONJUNTURA" É SINÔNIMO DE OPORTUNIDADE, CIRCUNSTÂNCIA. NESTE EXEMPLO, TAMBÉM.

PORTANTO FICA INDEFERIDO O RECURSO.

Respondido em: **31/08/2019 -11:19**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Conforme artigo 38, da CF, as alternativas A, C, D, E estão corretas, conforme requeria a questão, ao dizer que “aplicam-se as seguintes disposições”. A Alternativa B está errada, o que está em discrepância do comando da questão. Deste modo, requer a anulação da presente questão.

Código do recurso: 1474 | Solicitado em: **20/08/2019 -18:08**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR JURÍDICO

Questão 21

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

VEJAMOS A QUESTÃO:

21- Assinale a alternativa FALSA:

(Art. 38 - CF) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- a) I- tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;
- b) II- investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sem direito a remuneração;
- c) III- investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;
- d) IV- em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- e) V- para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

A QUESTÃO PEDE A ALTERNATIVA FALSA.

ASSIM SENDO A RESPOSTA CORRETA É A LETRA "B", ANTE AO TERMO QUE SEGUE:

CF - Art. 38 - II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

ASSIM, FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -18:04**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

O edital, ao mencionar sobre o TCU, apenas diz "A Administração Pública: conceito, princípios, controle interno e controle externo – Tribunal de Contas", o que consta na própria constituição federal. Ao colocar o TCU ao final, não há qualquer menção quanto à lei orgânica do TCU, razão pela qual a matéria não consta no edital, devendo ser a questão 29 cancelada.

Código do recurso: 1475 | Solicitado em: **20/08/2019 -18:09**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROCURADOR
JURÍDICO

Questão **29**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO A CANDIDATA. A QUESTÃO SERÁ CANCELADA E A PONTUAÇÃO INERENTE A ELA SERÁ ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

Respondido em: **31/08/2019 -18:10**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

A constituição federal, em seu art. 41, caput, aduz que “Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”. o art. 84 da lei orgânica, em contrapartida, traz o prazo de 2 anos. Ocorre que, no Brasil, a hierarquia das normas, baseada na pirâmide de Kelsen, ensina que a Constituição é a norma máxima do país, não podendo a lei orgânica de um município contrariá-la, razão pela deve ser aplicado o 41, caput, da CF e não a lei orgânica municipal. Deste modo, requer que o gabarito da questão 42 seja alterado para a letra “e” após três anos.

Código do recurso: 1476 | Solicitado em: **20/08/2019 -18:09**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -
PROCURADOR JURÍDICO

Questão **42**

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AOS CANDIDATOS RECORRENTES. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DO GABARITO. ASSIM, FICA RETIFICADO DE FORMA QUE PASSA A SER CORRETA A LETRA “E”.

Respondido em: **31/08/2019 -12:02**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Procurador Jurídico

Recurso:

Haja vista que a questão 50 letra "a" não diz que o atraso no início da execução do contrato (que é sinônimo para o atraso no início da obra, serviço ou fornecimento), não se pode considerar que o atraso é JUSTIFICADO (subentender a falta desta palavra, não é possível entender que a palavra está implícita), já que não se pode considerar o que não está escrito. Assim, o atraso também é motivo para extinção do contrato, de acordo com o art. 78. IV, da lei 8.666/93. Deste modo, requer a anulação da presente questão.

Código do recurso: 1477 | Solicitado em: **20/08/2019 -18:11**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -
PROCURADOR JURÍDICO

Questão 43

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Resposta:

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PELOS CANDIDATOS, NO PRESENTE CASO A BANCA NÃO ATENDE AO PEDIDO.

PRIMEIRAMENTE A CANDIATA RECORRENTE GRAVA RECURSO CONTRA A QUESTÃO 43 E NO TEXTO MENCIONA QUESTÃO 50.

QUANTO A RESCISÃO DO CONTRATO UNILATERALMENTE PELO SIMPLES ATRASO NO INICIO DA OBRA NÃO É CABIVEL. O ATRASO PODE SER UM OU DEZ DIAS. ISSO POR SI SÓ PODERIA CABER DIVEETENCIA, MULTA OU OUTRA PENALIDADE.

ASSIM FICA INDEFERIDO O RECURSO.

Respondido em: **31/08/2019 -18:17**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A alternativa "A" da questão também poderia ser correta, sendo a palavra alerta um adjetivo de crianças, sendo então flexionado no plural concordando com o substantivo. Segue explicativa:

VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), o Dicionário Aurélio, Laudelino Freire (1954), Napoleão Mendes de Almeida e outros registram as duas possibilidades: advérbio ('em atitude de vigilância, de sobreaviso'; 'atentamente') e adjetivo ('atento, vigilante'), quando então acompanha o substantivo em número: homens alertas, hospitais alertas. Havendo, pois, controvérsia, a matéria não deve de modo nenhum fazer parte de concursos e provas. Seu uso é pessoal e a escolha depende muitas vezes do contexto.

Bibliografia

<https://www.vestibulandoweb.com.br/portugues/portugues-alerta.asp>

Código do recurso: 1514 | Solicitado em: **21/08/2019 -10:50**

LÍNGUA PORTUGUESA - FISCAL
DE TRIBUTOS

Questão 8

SITUAÇÃO: INDEFERIDO**Resposta:**

NÃO ASSSITE RAZÃO AO CANDIDATO. NA ALTERNATIVA "A" - a) Permaneçam alertas, crianças! - A PALAVRA "ALERTAS" ESTÁ INCORRETA. DEVERIA SER PERMANEÇAM ALERTA, CRIANÇAS! , PORQUE A PALAVRA ALERTA É INVARIÁVEL, OU SEJA, NÃO VAI PARA O PLURAL NUNCA.

A RESPOSTA CORRETA, PORTANTO, É A LETRA "B".

Respondido em: **31/08/2019 -11:49**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A questão nove possui como gabarito a alternativa B - Consistório. Estando errada pois consistório é uma reunião de Cardeais para dar assistência ao Papa nas suas decisões.

O coletivo da palavra bandido que é pedido na questão seria: bando, corja ou quadrilha, não havendo nenhuma delas nas alternativas a mesma deve ser anulada.

Referências:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Consist%C3%B3rio>

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/nocoes-gramaticais/coletivos/>

Código do recurso: 1515 | Solicitado em: **21/08/2019 -10:57**

LÍNGUA PORTUGUESA - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 9

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. HOUE ERRO NO GABARITO. ASSI9M FICA RETIFICADO. RESPOSTA CORRENTA É A DE LETRA "D".

Respondido em: **31/08/2019 -11:10**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A referida questão deve ser ANULADA visto que a alternativa "A" possui interpretação para também ser considerada falsa.

A alternativa traz como interpretação de que a alteração unilateral do contrato pode ser feita mesmo que não esteja expresso em lei. Sendo errado, pois o artigo 65 da lei 8666/93 cita os únicos casos em que o contrato possa ser rescindido unilateralmente. E como no edital consta sobre esse assunto somente a referida lei a questão deve cobrar somente o que nela consta.

Referência
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

Código do recurso: 1516 | Solicitado em: **21/08/2019 -11:37**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE
TRIBUTOS

Questão 11

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

SENÃO VEJAMOS A QUESTÃO:

11- Sobre o Contrato Administrativo, assinale a alternativa FALSA:

- a) A alteração unilateral do contrato é poder inerente a Administração Pública que pode, mesmo que não esteja expresso em lei, alterar o contrato, pois se trata de matéria de ordem pública, sendo vedado ao administrador renunciar previamente a essa faculdade; pelo contrário, estaria subordinando o interesse público ao interesse privado.
- b) A alteração do contrato deverá ser devidamente motivada e, como diz Meirelles (2012), “só pode atingir as chamadas cláusulas regulamentares ou de serviços, isto é, aquelas que dispõem sobre o objeto do contrato, mas sem modificar o núcleo do objeto originalmente pactuado, sob pena de nulidade, e o modo de sua execução”.
- c) Com relação à rescisão do contrato administrativo, se trata de ato vinculado e não discricionário, devendo o administrador agir com base no princípio da continuidade do serviço público, devendo ser rescindido com base no inadimplemento e também com base no interesse público, pois é uma questão de ordem pública.
- d) Leciona Meirelles (2012) que “nenhum particular adquire direito à imutabilidade do contrato administrativo ou à sua execução integral, ou ainda às vantagens *in specie*, pois estaria subordinando o interesse público ao interesse privado, no contrato”.
- e) Tanto na alteração como também na rescisão do contrato administrativo, deverá sempre ser observado o objetivo da administração, dispensado o princípio do contraditório e ampla defesa, pois não são garantias constitucionais do processo ante ao interesse público.

AQUESTÃO PEDE A ALTERNATIVA FALSA, LOGO É A LETRA "E" - TANTO NA ALTERAÇÃO COMO TAMBÉM NA RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, DEVERÁ SEMPRE SER OBSERVADO O OBJETIVO DA ADMINISTRAÇÃO, **DISPENSADO O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, POIS NÃO SÃO**

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO ANTE AO INTERESSE PÚBLICO.

ASSIM, FICA INDEFERIDO O RECURSO

Respondido em: **31/08/2019 -20:33**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A questão cita um problema estrutural em um prédio onde deve ser feita uma obra para garantir a segurança. Neste caso como cita o inciso IV do artigo 24 da lei 8666/93: Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

V - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

A alternativa correta seria a "A" pelo risco a segurança das pessoas que circulariam no Terminal Rodoviário.

Código do recurso: 1517 | Solicitado em: **21/08/2019 -11:44**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 13

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PELOS CANDIDATOS, NO PRESENTE CASO NÃO ASSISTE RAZÃO A RECORRENTE.

NOTADAMENTE A QUESTÃO NÃO TROUXE RELATO DE EMERGÊNCIA. O LAUIDO DO ENGENHEIRO FAZ APENAS MENÇÃO DE NECESSIDADE DE OBRAS ESTRUTURAIS.

ASSIM, FICA INDEFERIDO O PEDIDO.

Respondido em: **31/08/2019 -21:41**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A questão está mal formulada ou há um erro em sua formulação onde não é possível chegar a uma resposta correta visto que não há outra denominação para a Legalidade Tributária.

Referencia

[https://www.direitoeleis.com.br/Princ%C3%ADpio_da_legalidade_\(Direito_Tribut%C3%A1rio\)](https://www.direitoeleis.com.br/Princ%C3%ADpio_da_legalidade_(Direito_Tribut%C3%A1rio))

Código do recurso: 1518 | Solicitado em: **21/08/2019 -14:42**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão **48**

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PELOS CANDIDATOS, NA PRESENTE QUESTÃO NÃO ASSISTE RAZÃO AO RECORRENTE.

SENÃO VEJAMOS A QUESTÃO:

48- O Princípio da Legalidade Tributária (arts. 5º , II e 150, I, da C.F.), preceitua que não há tributo sem lei que o institua ou o majore. Esse princípio tem raízes na história da

humanidade, encontrando sua expressão máxima na soberania popular, na medida em que limitou o poder real, impedindo-o de instituir tributo de forma arbitrária, sem o consentimento dos cidadãos (parágrafo único do art. 1º da C.F.).

O Princípio da Legalidade Tributária, também denominado de;

- a) controle difuso
- b) princípio da reserva legal
- c) princípio da efetividade
- d) limite tributário
- e) princípio da competência territorial

AS VIAS LEGAIS SÃO DIRETRIZES QUE ENCONTRAM SEU PRINCÍPIO NA CARTA MAGNA TANTO COM RESPEITO A CRIAÇÃO QUANTO A MAJORAÇÃO DE ACORDO COM O ARTIGO 150, INCISO I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, *IN VERBIS*: "SEM PREJUÍZO DE OUTRAS GARANTIAS ASSEGURADAS AO CONTRIBUINTE, É VEDADO À UNIÃO, AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS: I - EXIGIR OU AUMENTAR TRIBUTOS SEM LEI QUE O ESTABELEÇA".

PORTANTO, A RESPOSTA CORRETA É A LETRA "B" - PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. ASSIM, FICA INDEFERIDO O RECURSO.

Respondido em: **31/08/2019 -21:52**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A questão possui um erro na escrita da afirmativa III, a falta da palavra "empresa" antes de "controlada" impossibilita uma real compreensão do escrito, devendo por tanto ser anulada.

Código do recurso: 1519 | Solicitado em: **21/08/2019 -14:50**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão **49**

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Resposta:

NÃO ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO.

O ITEM III AFIRMA QUE "**Empresa estatal dependente é controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.**

A PALAVRA EMPRESA NO INICIO DA FRASE FAZ PERFEITAMENTE A CLAREZA DA AFIRMATIVA.

ASSIM, FICA INDEFERIDO O RECURSO.

Respondido em: **31/08/2019 -21:59**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A alternativa "C" da questão possui um erro, visto que não é necessariamente importante conhecer o conceito de Despesas de Capital para se entender a "chamada Regra de Ouro.
Devendo por tanto ser anulada.

Código do recurso: 1520 | Solicitado em: **21/08/2019 -15:03**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão **52**

SITUAÇÃO: INDEFERIDO**Resposta:**

EM QUE PESE O RESPEITO QUE A BANCA NUTRE PELOS CANDIDATOS, NO PRESENTE CASO NÃO ASSITE RAZÃO AO RECORRENTE.

A QUESTÃO PEDE A ALTERNATIVA FALSA. NO CASO A LETRA "D".

A ALTERNATIVA "C" É VERDADEIRA, DE FORMA QUE A QUESTÃO FICA MANTIDA.

Respondido em: **31/08/2019 -22:04**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A alternativa "A" da questão também é falsa.

O artigo 119 do CTN, "Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento", é aquele que tem o direito de exigir a obrigação tributária imposta ao sujeito passivo, é o credor, ou seja, o que integra o pólo ativo da relação jurídica tributária.

E o sujeito passivo é o contribuinte, ou seja, aquele que tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador tributário.

Na alternativa há a afirmação de que o fato gerador é realizado pelo sujeito ATIVO, estando então errada.

Tendo duas alternativas erradas a questão deve ser anulada.

Código do recurso: 1521 | Solicitado em: **21/08/2019 -15:34**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 59

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. HOVE ERRO FORMAL NA EDIÇÃO DA QUESTÃO, ASSIM A MESMA CONTEM DUAS RESPOSTA.

PORTANTO FICA CANCELADA E A PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

Respondido em: **31/08/2019 -22:07**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

O gabarito correto da questão seria a alternativa E, e não como constou no gabarito oficial (alternativa D).

Conforme o artigo 41 da Constituição Federal "São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público."

Código do recurso: 1529 | Solicitado em: **21/08/2019 -17:33**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 41

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Resposta:

A CANDIDATA FEZ MENÇÃO A QUESTÃO 41 E NA SUA ARGUMENTAÇÃO FAZ REFERENCIA A QUESTÃO 42.

DESTA FORMA FICA INDEFERIDO O RECURSO, RESALTANDO QUE A QUESTÃO 42 FOI SALTERADA PARA LETRA "E" EM FACE DE OUTROS RECURSOS.

Respondido em: **31/08/2019 -22:11**

Prefeitura Municipal de Rubiacea

Concurso Público - 01/2019

RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL

Cargo: Fiscal de Tributos

Recurso:

A alternativa B é a que consta como correta no gabarito oficial, acontece que "consistório" é coletivo de cardeais, sob a presidência do Papa.
A alternativa que mais se enquadra ao coletivo de bandidos é a letra D que significa (De povos selvagens nômades, de desordeiros, de aventureiros, de bandidos, de invasores).

Código do recurso: 1530 | Solicitado em: **21/08/2019 -22:41**

LÍNGUA PORTUGUESA - FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 9

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

ASSISTE RAZÃO AO CANDIDATO. HOUE ERRO NO GABARITO. ASSI9M FICA RETIFICADO. RESPOSTA CORRENTA É A DE LETRA "D".

Respondido em: **31/08/2019 -11:10**